84. Processo: 21083/2012 Recorrente: LATICÍNIOS FORTALEZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA Auto de Infração: 4780/2011 - GEFLOR Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
85. Processo: 9565/2013 Recorrente: MINERAÇÃO BURITIRAMA S.A Auto de Infração: 2041/2013 - GERAD Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
86. Processo: 31597/2012 Recorrente: GUASCOR DO BRASIL LTDA Auto de Infração: 4623/2012 - GERAD Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
87. Processo: 19408/2016 Recorrente: ACORQE Auto de Infração: 7948/2016 - GEFLOR Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
88. Processo: 33429/2012 Recorrente: JBS S.A - FRIBOI Auto de Infração: 3756/2012 - GERAD Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
89. Processo: 36705/2013 Recorrente: GUASCOR DO BRASIL LTDA Auto de Infração: 2386/2013 - GERAD Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
90. Processo: 13945/2013 Recorrente: JOSÉ ARAÚJO DA CUNHA Auto de Infração: 6101/2013 - GEFLOR Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
91. Processo: 19726/2014 Recorrente: DIRECIONAL SAFIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS Auto de Infração: 4047/2014 - GERAD Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
92. Processo: 21056/2016 Recorrente: AUTO POSTO PARANÁ 2 (LEITE E SCARPARO) Auto de Infração: 8057/2016 - GERAD Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
93. Processo: 32350/2015 Recorrente: COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP Auto de Infração: 3249/2015 - GERAD Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
94. Processo: 8224/2017 Recorrente: EDGAR RISSARI-ME Auto de Infração: 2018/2012 - GEFLOR Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
95. Processo: 10219/2013 Recorrente: GP COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL VEGETAL LTDA Auto de Infração: Decisão do COEMA: incidência de prescrição intercorrente
96. Processo: 34678/2016 Recorrente: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA - COOPRIMA Auto de Infração: 7001/8262/2016 - GERAD Decisão do COEMA: recurso não conhecido. Por ausência de requisitos subjetivos na peça recursal.

Protocolo: 760663

OUTRAS MATÉRIAS

EDITAL DE REABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2022/COEMA

Objeto: Credenciamento de Organizações Ambientais não Governamentais, com atuação em todo território estadual, interessadas em compor o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, órgão normativo, consultivo e deliberativo nas questões relativas ao meio ambiente, circunscritas ao território político e geográfico do Estado do Pará.
A presente reabertura de chamamento público dar-se-á ante necessidade e a relevância que o objeto pretendido representa ao interesse desta Administração e pelo insucesso do último edital, publicado em 23/09/2019, que não obteve o número suficiente de entidades inscritas, em relação ao número de vagas previsto no art. 2º, Inciso I, alínea "k", do Decreto Estadual nº 59, de 08 de abril de 2019.

O presente edital terá validade de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará.

SUMÁRIO

1 OBJETO

2 O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - COEMA

3 PARTICIPAÇÃO/INSCRIÇÃO

- 4 HABILITAÇÃO
- 5 ASSEMBLÉIA DE ELEIÇÃO
- 6 VOTAÇÃO
- 7 ATUAÇÃO/SERVIÇO
- 8 DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO I - FORMULÁRIO DE PREENCHIMENTO CADASTRAL EDITAL DE REABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS, torna público o presente edital de reabertura de chamamento público, que visa a seleção de 04 (quatro) entidades da sociedade civil, em especial organizações ambientais não governamentais com atuação em todo território estadual para composição do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, conforme o art. 2º, Inciso I, alínea "k", do Decreto Estadual nº 59, de 08 de Abril de 2019 e o art. 321, inciso III, da Constituição Estadual do Pará, de 05 de Outubro de 1989.

A presente reabertura de chamamento público dar-se-á ante necessidade e a relevância que o objeto pretendido representa ao interesse desta Administração e pelo insucesso do último edital, publicado em 23/09/2019, que não obteve o número suficiente de entidades inscritas, em relação ao número de vagas previsto no art. 2º, Inciso I, alínea "k", do Decreto Estadual nº 59, de 08 de abril de 2019.

Importa ressaltar que a ampla competição inclui-se entre os cânones básicos dos editais de chamamento público, sendo vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem tal caráter.

Assim, ante o interesse público, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a contar da data de publicação do presente edital, tornam-se revogados todos os procedimentos administrativos realizados correlatos ao edital anterior, publicado em 23/09/2019.

O presente edital terá validade de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará.

1. OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objetivo o Credenciamento de Organizações Ambientais não Governamentais, com atuação em todo território estadual, interessadas em compor o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, órgão normativo, consultivo e deliberativo nas questões relativas ao meio ambiente, circunscritas ao território político e geográfico do Estado do Pará.

2. O CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - COEMA

2.1 Criado em 1990 por intermédio da Lei Estadual nº 5.610/1990, revogado pela Lei Estadual nº 5.752/1993, com nova redação dada pela Lei Estadual nº 7.026/2007 e recentes alterações trazidas pela Lei Ordinária nº 8096/2015.

2.2 O COEMA, integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA e vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, é órgão normativo, consultivo, deliberativo nas questões relativas ao meio ambiente, circunscritas ao território político e geográfico do Estado do Pará, e última instância administrativa sobre as multas e outras penalidades impostas pela SEMAS.

2.3 Compete ao COEMA atuar conjuntamente com o Poder Público, na formulação das diretrizes da Política Estadual do Meio Ambiente e exercer as atribuições previstas na forma do art. 2º - C da Lei nº 5.752, de 26 de julho de 1993, alterada pela Lei nº 8.096, de 1 de janeiro de 2015.

2.4 Estrutura e funcionamento: nos moldes do art. 2º - D, incisos I a V da Lei Ordinária 8.096/2015, o Conselho Estadual de Meio Ambiente é composto pela seguinte Estrutura: Presidência, Secretaria-Executiva, Plenário, Câmaras Técnica e Câmaras Temáticas.

2.4.1 Neste sentido, a Presidência e a Secretaria-Executiva são estruturas que coordenam as ações do Conselho; o Plenário é o órgão superior de deliberação do COEMA e as Câmaras Técnicas e Temáticas são órgãos auxiliares do Plenário, que preparam matérias, analisam propostas de normas e de medidas destinadas à gestão da qualidade do meio ambiente a serem apreciadas pelo Plenário, ou, em seu nome, acompanham o desenvolvimento de atividades e projetos relacionados com o meio ambiente, além de executar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo mesmo Plenário.

2.4.2 O Plenário se reúne em caráter ordinário, a cada 3 (três) meses, na capital do Estado do Pará e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente, por iniciativa própria, ou a requerimento da maioria simples de seus membros. As Câmaras Técnicas e Temáticas, tantas vezes quantas forem necessárias. As reuniões do Plenário são abertas ao público, assim como, por óbvio, as Audiências Públicas.

3. PARTICIPAÇÃO/INSCRIÇÃO

3.1 As entidades interessadas em participar da inscrição para composição do conselho, que esteja regularmente constituída, bem como dentro de todas as exigências dispostas em lei e neste edital, deverão encaminhar documento oficial, assinado pelo representante legal e titular da entidade, com as indicações de seus representantes, sendo um titular e outro suplente, com as documentações exigidas neste edital, bem como com o formulário de preenchimento cadastral, anexo I, devidamente preenchido.

3.2 O período de inscrição será de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste edital no Diário Oficial do Estado do Pará - DOE/PA;

3.3 Documentações:

- a) Estatuto Social. (objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com a finalidade do COEMA, em especial, de execução das normas referentes à proteção do meio ambiente);
- b) Ata de assembleia de eleição da atual gestão;
- c) RG e CPF do representante legal;
- d) Procuração com poderes específicos, quando se tratar de procurador outorgado a participar do processo.